



Anais da Assembleia

N.º 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 58.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jayme Rodrigues Carvalho, Muggiati Filho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques aos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, incluindo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., e FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 96/76.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques aos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, prevendo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei correm à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O município de Capitão Leônidas Marques pode ser apontado como um dos maiores produtores de milho do Paraná, além de sua considerável produção de soja, feijão e arroz.

Apesar de contribuir para a grandeza do Estado, seus recursos públicos são insuficientes para suprir as deficiências que o progressivo crescimento demográfico e sócio-econômico interno impõe a todos os setores da administração municipal.

Dessa maneira, embora invista grande parcela de sua arrecadação em estradas, seus recursos, como já dissemos, estão aquém da possibilidade de se pensar na construção de uma ponte sobre o rio Baicuru, o que impediria a divisão que vem sendo observada entre a sede do município e seus maiores e mais progressistas distritos.

Nesse particular, Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida aparecem como maiores prejudicados pela dificuldade de transporte e de comunicação com a sede, pois, têm de servir-se de uma precária e rudimentar balsa para a travessia do rio Baicuru, numa extensão de aproximadamente 80 (oitenta) metros, de margem a margem.

Convém salientar que a retificação desse trecho da estrada, com as respectivas obras de arte, haviam sido alardeadas pelo INCRA, órgão que desapropriou muitas áreas de terras nesse município, mas, até o presente momento não foram sequer objeto de estudos mais aprofundados.

Todavia, como se trate de uma estrada inter-municipal, que demanda dos distritos de Juvionópolis e Rio Salto, pertencentes a Cascavel, ligando-se à BR-277, a participação do Estado para a execução das obras pretendidas é um imperativo de Justiça a tudo aquilo que representa esse progressista município dentro do quadro agrícola da região do oeste do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI N.º 96/76.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o Projeto de Lei 96/76, tem por objetivo incluir no Plano Rodoviário Estadual para fins de execução, em caráter prioritário, de retificação e pavimentação a estrada que liga a sede do Município Cap. Leônidas Marques aos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, prevendo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

Embora a proposição, face à justificativa que a acompanha nos convença plenamente da sua necessidade e do seu alto sentido, quer social, quer econômico, para aquela região de nosso Estado, barreiras constitucionais nos impede de acolhê-lo, tal como foi proposto. (arts. 25 a 35 da Const. Estadual).

Tal projeto teria o nosso total e integral apoio como sugestão ao Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei 96/76, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 96/76.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva este projeto de lei incluir no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques aos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, prevendo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou contrariamente a este plano de lei, por considerá-lo inconstitucional, eis que o mesmo fere dispositivos da Constituição Política do Estado.

Assim, no âmbito desta Comissão, somente resta acompanhar o parecer daquela douta Comissão.

Nestas condições, nosso parecer é pela rejeição do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI NÚMERO 96/76**

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva o presente projeto de lei integrar no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques aos Distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, incluindo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

Sem dúvida, com este plano de lei, se pretende proporcionar benefícios a uma importante região do nosso Estado, progressista por excelência, pois além de abrigar considerável contingente demográfico é, uma das maiores produtoras de cereais, contribuindo, dessa forma, para a riqueza e engrandecimento do Paraná.

Sendo assim, embora seja a iniciativa da competência do Poder Executivo, não se pode por em dúvida a conveniência, a justiça e a oportunidade desta medida, exatamente pelos motivos acima apontados, os quais nos levam a opinar favoravelmente à matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Alfredo Gulin, Presidente; David Federmann, Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 18/77.
Levanta-se a Sessão.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA
ATA DA 59.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1977**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fa-

del, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jayme Rodrigues Carvalho, Muggiati Filho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, nesta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HENRIQUE GHELLERE, ocorrido na cidade de São Miguel do Iguaçu, em 25 de abril de 1977, neste Estado.

A morte de Henrique Ghellere, que enlutou não somente seus filhos e esposa, mas a sociedade de São Miguel do Iguaçu onde se integrava como lúcido representante do trabalho e conduta moral, sabendo ser altivo e corajoso nos difíceis momentos de sua vida ainda que muito curta.

O falecimento repercutiu intensamente, pois quem teve a oportunidade de conhecê-lo, sabia o quanto era merecedor de apreço e admiração, face às virtudes que ornavam suas personalidades de escol.

1. Foi um dos pioneiros, desde 1951, dedicou sua vida, trabalhou em prol do engrandecimento de sua terra e de sua gente.

Assim no momento em que se enluta a família Ghellere, da cidade de São Miguel do Iguaçu, é justo que a Assembléia do Paraná se associe às inúmeras manifestações de pesar.

Caso aprovado, se dê conhecimento à Sra. Herminia Ghellere.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Considerando o falecimento, ao final da última semana, do Sr. Alfredo Moreira, figura das mais respeitáveis e admiradas de nossa comunidade, com largos e profícuos serviços prestados inclusive à Administração Pública, onde o seu talento e a sua abnegação lograram obter saudáveis conquistas em vários e amplos setores —, falecimento que a todos consternou, marcando uma lacuna sentida na sua profissão, em sua digna e respeitável família, entre os que integram o rol extenso de amigos e companheiros, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de sentido e profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Moreira.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor do presente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento de Albertino Ferreira de Souza.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Immanamo-nos sinceramente na sentida dor de nosso amigo e correligionário Francisco Timbó de Souza. Timbó chora o desaparecimento de seu pai, Albertino, ocorrido aos 22 deste, na capital cearense.

Conhecemos Timbó e somos testemunha de seu conceituamento no seio da comunidade maringense pela qual tanto batalhou, quando Vereador à nossa Câmara Municipal.

Humilde e simples — mas que alma!

Correto, humano e inergável, Timbó espelhou-se na vida pródiga de exemplos de seu pai.

"Taçis pater, qualis filius!"

Realmente, Timbó, seu pai não mais lhe verá advogado, mas nós o representaremos nas solenidades de seu bacharelamento. Diremos a ele em nossas orações, que o sonho por tanto tempo acalentado, foi concretizado.

Persista, Timbó, com a inspiração de Albertino, em sua coluna "Panorama Universitário", na luta pelas justas causas de nossa querida UEM.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE LONDRINA, com sede à Avenida Paraná, 427 Loja 2, na cidade de Londrina, neste Estado, votos de congratulações pelo transcurso de seu vigésimo aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato dos relevantes serviços no setor da Assistência Social, que a ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE vem prestando aos mais necessitados do município de Londrina e de toda aquela região do norte do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de efusivas congratulações à BLOCH EDITORES, pelo transcurso, em data de ontem, do vigésimo quinto ano de edição da revista MANCHETE.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa, àquela editora.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de congratulações à Diretoria do Banco Itaú S/A., desta Capital, pela instalação nesta data, de uma agência daquele estabelecimento bancário na cidade de Iporã.

A população iporãense, orgulha-se em possuir mais uma casa de crédito, o que bem demonstra a pujança e o progresso daquela próspera região.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, amparado no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, requer seja oficiado ao Banco

do Estado do Paraná, para que efetue providências no sentido de instalar agência do banco na cidade de Querência do Norte.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todas as maiores cidades já possuem agência do Banestado. Esta, embora cidade de relativo porte e o município centro produtor e agropecuário, ainda não foi contemplado com agência desse banco.

A reivindicação é justa, pois os produtores têm que recorrer a outras cidades ou depositar os lucros auferidos em outras casas bancárias. Os habitantes desta localidade esperam ser contemplados por mais este benefício, pois sabem que a filosofia do Banco do Estado do Paraná, é atender a todos os municípios paranaenses, antes de instalar em outras cidades. A nossa intenção é que seja agilizada e apressada sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, amparado no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, requer seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná, para que efetue estudos e providências no sentido de instalar agência do banco na cidade de São João do Caiuá.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todas as cidades já possuem agência do Banco do Estado. Esta, embora cidade de relativo porte e o município centro produtor agropecuário, ainda não foi contemplado com agência desse banco.

A reivindicação é justa, pois os produtores têm que recorrer a outras cidades ou depositar os lucros auferidos em outras casas bancárias. Os habitantes desta localidade esperam ser contemplados por mais este benefício, pois sabem que a filosofia do Banco do Estado do Paraná, é atender a todos os municípios paranaenses, antes de se instalar em outras cidades. A nossa intenção é que seja agilizada e apressada a sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, amparado no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, requer seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S/A., para que efetue estudos e providências no sentido de instalar agência do banco na cidade de Nova Olímpia.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todas as maiores cidades já possuem agência do Banestado. Esta, embora cidade de relativo porte e o município centro produtor agropecuário, ainda não foi contemplada com agência desse banco.

A reivindicação é justa, pois os produtores têm que recorrer a outras cidades ou depositar os lucros auferidos em outras casas bancárias. Os habitantes desta localidade esperam ser contemplados por mais este benefício, pois sabem que a filosofia do Banco do Estado do Paraná, é atender a todos os municípios paranaenses, antes de instalar em outras cidades. A nossa intenção é que seja agilizada e apressada sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, amparado no Regimento Interno e com o apoio do Plenário, requer seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S/A., para que efetue estudos e providências no sentido de instalar agência do banco na cidade de Tamboára.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Tamboára.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Praticamente todas as maiores cidades já possuem agências do Banestado. Esta, embora cidade de relativo porte e município centro produtor agropecuário, ainda não foi contemplado com agência desse banco.

A reivindicação é justa pois os produtores têm que recorrer a outras cidades ou depositar os lucros auferidos em outras casas bancárias. Os habitantes desta localidade esperam ser contemplados por mais este benefício, pois sabem que a filosofia do Banco do Estado do Paraná, é atender a todos os municípios do Paraná, antes de se instalar em outras cidades. A nossa intenção é que seja agilizada e apressada sua instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com anuência do Plenário, requer seja enviado um veemente apelo à Diretoria do Banco do Brasil S/A, para que instale uma agência daquele estabelecimento, na cidade de Paraíso do Norte.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa, seja dado ciência ao Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

O Paraná sempre respondeu aos apelos do Governo Federal no setor de produção. No instante em que novos apelos são feitos, em que novas metas pretendem ser alcançadas, os produtores de muitos municípios clamam pela presença do maior banco de crédito. Sabemos que existem outras casas bancárias que auxiliam o nosso produtor, mas a presença do Banco do Brasil é imprescindível, para que os objetivos sejam alcançados.

Paraíso do Norte é um município que há anos vem reclamando uma agência do Banco do Brasil. Cremos que não há época mais oportuna do que esta, em pedir pelo menos o mínimo. Já respondemos várias vezes e responderemos desta feita. Pedimos apenas que nos ajudem, para que possamos ajudar a Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — (DNER), no sentido de que, tomando conhecimento das precárias condições do asfalto na estrada BR-277, trecho Sprea-Palmeira que, sobretudo, vem colocando em risco de acidente os veículos que por ali transitam, sejam desde logo determinadas providências para recuperação do asfalto no referido trecho.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prer-

rogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, encarecendo a criação de um Posto do Instituto de Identificação, na sede do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Osires Stenghel Guimarães, dirigindo-lhe apelo no sentido de ser incluída no plano de obras do Estado, a pavimentação asfáltica de um dos acessos à sede do Município de Tuneiras do Oeste, com o que se atenderá justa reivindicação dos operosos coestaduanos que ali residem e desenvolvem atividades econômicas.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(A) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, o envio de expedientes à Secretaria de Segurança Pública e à Federação Paranaense de Futebol, solicitando as seguintes informações:

1. Quais as providências que esses órgãos tomarão de forma efetiva e racional, no sentido de garantir a segurança do público e jogadores nas partidas de futebol do campeonato estadual que se desenvolve.

2. Caso contrário, esclarecer as dificuldades que impedem a formação da estrutura de segurança pretendida e necessária.

A violência tem marcado de forma grotesca a maioria das partidas de futebol do nosso campeonato. O futebol que deve servir como lazer, fator de entusiasmo e conagração popular, está esparramando sentimentos de ódio e vingança em inúmeras comunidades. Os próprios atletas por uma série de fatores que vão desde alheamento e incompetência da Federação Paranaense de Futebol que não atua de forma rígida e responsável, até a mente nociva de técnicos e dirigentes que chegam a ordenar o jogo na base da violência como se os jogadores fossem gladiadores e não profissionais de uma atividade fraternalista, como também o despreparo e em muitos casos, a falta de honestidade de árbitros.

A realidade é que os jogadores geralmente partem para o massacre, lamentavelmente colocando em grave risco talvez uma brilhante carreira profissional. O pior é a atitude de uma minoria de selvagens mascarados de seres humanos, especialistas em agredir as torcidas visitantes. Em vez da recepção cordial e amigável, usam o tacape para denegrir o conceito de toda uma cidade acolhedora e de uma população civilizada e entusiasta. O fato é que realmente se constitui numa minoria os badernistas que têm marginalizado a nossa principal atividade desportiva.

Ainda estão bem abertas as feridas ocasionadas recentemente nos jogos realizados em Londrina e Paranavaí, reunindo Londrina contra Maringá e Paranavaí contra Londrina. A imprensa noticiou, com destaque, a ferocidade e revolta das torcidas, vitimadas por uma minoria de irracionais, como também, envolveu dirigentes de clubes, jogadores e árbitro.

Com emergência, medidas preventivas de ação enérgica, devem ser tomadas.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) No pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito,

Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Disse, certa feita, Jefferson que, entre um País que tem um Governo e não possua jornais, ele preferia uma Nação sem Governo mas com jornais.

Muito tempo depois, Ruy Barbosa, bem definia a imprensa, ao afirmar que “ela é a vista da Nação”. E agora, nos dias de hoje, nós temos a feliz oportunidade de constatar que, em nosso País, vários são os órgãos de imprensa que, em instante algum, desde as respectivas fundações, deixaram de lado os compromissos que assumiram no momento em que nasceram em relação a defesa intransigente dos postulados básicos do Regime Democrático, bem assim, a preservação do ideal, que deve ser intangível da imprensa, de informar, de orientar honestamente a opinião pública.

E é com satisfação que desejamos registrar que, em data de ontem, um dos mais prestigiosos órgãos da imprensa brasileira, comemorou um quarto de século de existência. Referimo-nos à Revista “Manchete” que completou ontem vinte e cinco anos de existência fértil.

Pelo que ela foi, por aquilo que é e também pelo que continuará sendo, é que submetemos à apreciação deste egrégio Plenário, requerimento, através do qual solicitamos a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso de tão grata efeméride.

Este requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata de VOTO DE REGOZIO pelo transcurso, ontem, do 25.º aniversário de fundação da Revista “Manchete”.

Editada na cidade do Rio de Janeiro, mas de circulação nacional, jamais interrompida, a Revista “Manchete” completou ontem, dia 26 de abril, o seu primeiro quarto de século de vida, todo ele assinalado por relevantes serviços prestados às causas mais dignas e fundamentais que vêm empolgando a Nação brasileira desde 1952. A par disso, MANCHETE, que nasceu do otimismo e fé de ADOLPHO BLOCH, tem representado marco significativo na evolução editorial do país, pois que, no fundo e na forma, a revista nunca deixou de acompanhar as mudanças operadas na imprensa pelo tempo. Todavia, se não se permitiu ficar à margem das inovações introduzidas, de forma genérica na imprensa jornalística mundial, no padrão gráfico e no estilo editorial, em momento algum, nesses 25 anos, deixou de lado os seus compromissos com a democracia e com o propósito de manter perene o salutar dever de informar e orientar honestamente os brasileiros.

Não pode, pois, esta Assembléia Legislativa, deixar de prestar também sua homenagem, conquanto modesta, à Revista “Manchete” e a ADOLPHO BLOCH, seu fundador, pelo que ambos representam como valor positivo e, portanto, imprescindível à nacionalidade brasileira.

Pede-se outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada ao eminente jornalista ADOLPHO BLOCH, bem como ao representante da Revista “Manchete” em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977”.

Temos certeza de que este Plenário haverá de aprovar este requerimento e assim associar-se a todos quantos neste País ainda prestigiam a imprensa livre que tem servido, principalmente à classe política, como útil e cívico baluarte na informação fiel e correta daquilo que ocorre, da antecipação dos fatos que deverão se verificar e, acima disto tudo, da defesa da democracia.

Era só, Sr. Presidente. — (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, no Plenário, do

Sr. Albano Ferreira Barros, Prefeito Municipal de Jaguariaíva.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há quem consiga calar-se diante de acontecimentos de efeitos maléficos e prejudiciais a uma coletividade inteira por muito tempo.

Neste Parlamento, estou há mais de três anos, constantemente expressando a vontade e até o desespero de minha região. Entretanto, para que não transparecesse, em nenhuma oportunidade, qualquer manifestação de hostilização política aos administradores municipais que têm passado por minha cidade, Santo Antônio da Platina, nestes três últimos anos, calei-me, continuei calado, diante das aberrações existentes.

Mas, é triste ver na constância dos dias, a desonestidade de homens públicos e ter que calar diante dessas desonestidades, quando minha consciência parece impor, através de uma linha determinativa, que pecamos ao calar quando devemos falar de desonestidades e erros de homens responsáveis pela condução administrativa de minha cidade.

Pela terceira vez, o atual Prefeito de Santo Antônio da Platina, é eleito Prefeito daquela cidade. Na primeira vez, conseguiu levar o município ao mais perfeito equilíbrio econômico, emitindo, inclusive, cheques sem fundo, uns dias antes de entregar a administração a seu sucessor. Foi aberto processo, através da Justiça Pública, por crime qualificado de falcaturia e abuso de poder. Processo esse que ficou na Justiça por cinco anos, e a Justiça foi benevolente. Depois de cinco anos e um dia, propôs o seguinte despacho àquele processo, com mais de 300 laudas incriminatórias: “arquite-se por falta de comprovação”.

Esse homem retornou ao meu Município, retornou à direção municipal. E, nessa oportunidade, doou a cabos eleitorais seus, uma pedreira que, se mantida hoje, valeria mais ou menos dois milhões de cruzeiros. Esse mesmo homem destruiu cerca de 70 por cento do asfalto construído em gestão de trabalho profícuo.

Esse homem derrubou o matadouro municipal e autorizou a quase quatro dezenas de açougueiros e marchantes, que matassem os animais nas árvores, nos quintais e não a rede de abate.

Esse homem que é Chefe do Departamento de Saúde de Santo Antônio da Platina, retornou novamente à administração daquele Município para criar novos entraves à cidade que era chamada “Jóia do Norte Pioneiro do Paraná”.

Requeiro, Sr. Presidente, providências do Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde sobre fatos publicados pelo jornal “O Chicote” de minha cidade, e peço a V. Exa. que me conceda meio minuto para que possa ler.

Diz o artigo denominado RECLAME, em Carta Aberta de Maria Aparecida da Silva, publicada no “CHICOTE”, no dia 01 de abril de 1977:

“Senhor Diretor, peço que dê umas chicotadas em um assunto de grande interesse para nossa cidade. Aqui em Santo Antônio da Platina há alguns anos, não temos Matadouro para o abate de gados e suínos, os açougueiros abatem esses animais nos matos e quintais de nosso município, debaixo de árvores. Sem nenhuma fiscalização por parte das autoridades sanitárias, que não tomam conhecimento do assunto. O povo come carne contaminada. Fui informada que o caso está afeto à Saúde Pública.

Aqui em nossa cidade tem um Posto de Saúde, há muitos anos, mas ninguém sabe qual é sua finalidade, o Médico Chefe do Posto de Saúde, por incrível que pareça, é o atual Prefeito da cidade, Dr. Alcício Dias dos Reis que, graças a Deus vai bem de saúde. Os açougueiros aproveitam a oportunidade para sonegar os impostos e bem que eles fazem, não achas? Isto está acontecendo na cidade Jóia do Norte Pioneiro. Peço a este jor-

nal, se for possível, informar a mim e à população de nossa cidade. . .”

E seguem-se os pedidos de informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu requeiro, nesta oportunidade. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e, tendo em vista publicidade contida no jornal “O CHICOTE”, na cidade de Santo Antônio da Platina, edição de 10 do mês corrente, cujo recorte faz anexar ao presente, requer pronunciamento urgente sobre o assunto por parte do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, bem como as providências cabíveis aos fatos denunciados.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977”

É este, Sr. Presidente, o aspecto denigrante da desonra e da desonestidade de homens públicos que são apenas políticos e nunca honestos administradores.

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

Antes porém, a Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, do Sr. Pedro Ivo Gonçalves, digníssimo Prefeito Municipal de Inácio Martins.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Logo mais, às 16,30 horas, com a presença do Príncipe Bertil, da Suécia, que chefia uma delegação industrial de alto nível, será lançada a pedra fundamental da Fábrica VOLVO, na Cidade Industrial de Curitiba.

A empresa que terá o controle acionário de brasileiros, ocupará uma área global de um milhão e quinhentos mil metros quadrados, produzirá brevemente, segundo previsões do projeto, seis mil caminhões por ano, com notável índice de nacionalização, destinando-se parte dos mesmos, à exportação, assim como o chassi para importação e outros componentes para serem também exportados, especialmente à A.B. VOLVO, da Suécia.

Os benefícios sociais do empreendimento serão notórios, pois surgirão cerca de 1.000 empregos diretos e 1.800 empregos indiretos, abrangendo aproximadamente 14.000 pessoas.

Além disso, evidentemente, ocorrerá agilização financeira, com reflexos na receita tributária governamental, o que permitirá a execução de obras públicas, sem onerar o povo.

Para a implantação da tradicional indústria Volvo, em Curitiba, destacaram-se os esforços do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como de entidades de classe.

Por isso, Sr. Presidente, no dia em que o Príncipe Bertil — primeira pessoa da linha de sucessão ao trono sueco — juntamente com o Governador Jayme Canet Júnior, Prefeito Saul Raiz e outras autoridades, oficialmente darão início às obras da implantação da importante fábrica Volvo, em nome do povo de Curitiba que represento nesta Casa, registro o regozijo, na expectativa de que muitos problemas que afetam famílias curitubanas poderão ser solucionados, com esta grande conquista da região metropolitana de Curitiba que é também do Estado do Paraná. — (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Humildemente e com satisfação, recebemos, há poucos dias, um expediente da Câmara Municipal da cidade de Antonina, onde aquela Câmara congratulava-se com o nosso pronunciamento. Congratulava-se conosco, por sermos uma das pessoas a integrar a equipe de responsáveis, a equipe de homens que olham por aquele porto, de homens que pensam na realização do sonho de soerguimento deste querido Paraná, e porque plei-

teávamos, Sr. Presidente, pleiteávamos, Srs. Deputados, a estrada de Jaguariaíva a Cero-Azul, em demanda ao Porto de Antonina, aquele porto adormecido que tem necessidade de uma injeção de ânimo, de uma injeção de estímulo de todas as classes paranaenses.

Então sentimo-nos, como homem do Interior, com a obrigação de batalhar, com a obrigação de lutar, de angariar e reunir esforços vivos deste Paraná, e principalmente do meu querido Norte Pioneiro, para que aquela estrada se torne uma realidade, para que o sonho do povo que moureja na região de Jaguariaíva, Sengés, Cerro-Azul e adjacências, tenha pelo menos, neste sonho, uma visão concreta e palpável da realidade.

Sr. Presidente, sabemos perfeitamente que o ilustre Governador Jayme Canet Júnior, com sua equipe de trabalho — conforme disse ontem — está voltado para o interesse da nossa terra. Depois da estrada Parigot de Souza, depois de tantas estradas asfaltadas no Norte Pioneiro, chegou a vez de lutarmos por esta estrada que é a redenção de uma região adormecida, uma região de minérios, uma região de cereais, uma região que está esquecida e que sabemos muito bem, será elevada por este dinâmico Governador.

Queríamos neste instante, solicitar aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e aos senhores responsáveis pela Secretaria de Transportes, que olhem por aquela região, que dêem a Antonina essa estrada; que dêem a Jaguariaíva e ao Norte Pioneiro, Sr. Presidente, esse encurtamento que há de beneficiar todo aquele hinterland paranaense, que há de carrear para esse porto, que há de viver, para esse porto que está adormecido, de Antonina, e para essa região fértil que precisa dessa estrada de Jaguariaíva, Cerro Azul e Antonina. E, portanto, Sr. Presidente, conforme foi veiculado na “Gazeta do Povo”, em mais de 100 quilômetros será encurtada a distância de escoamento que será o porto de Antonina. É um porto de pequeno calado, mas há de ser um porto de segunda categoria do Paraná; há de ser um porto que depois de Paranaguá, servirá para ajudar a escoar a produção da nossa terra. Então está Antonina, Sr. Presidente, que precisa de amparo, está a nossa querida terra do Norte Pioneiro que precisa de estrada e haveremos, numa luta constante, numa luta sem demagogia, unidos com as forças responsáveis por aquela região, de pedir ao Sr. Governador, e pedir ao Senhor Secretário de Transportes, que olhem com carinho, como fazem com as outras estradas, a estrada de Jaguariaíva, Cerro Azul e, conseqüentemente, ao Porto de Antonina.

O nosso agradecimento aos Senhores Vereadores de Antonina, que não tivemos a satisfação de conhecer pessoalmente, mas que temos a satisfação de lutar num conjunto de esforços, de lutar paralelamente para trazermos o benefício ao povo, o benefício propriamente ao Paraná e ao Brasil.

Sr. Presidente, as nossas palavras não de voar por esse Paraná afora, não de pedir a ajuda e o amparo das forças responsáveis pelo destino do Paraná e todos não de saber perfeitamente que não estamos isolados, porque temos o amparo das forças vivas de nossa terra.

Sr. Presidente, queremos deixar o agradecimento daquele povo da cidade antoninense, daquele povo onde as Indústrias Matarazzo têm sua mansão e as suas propriedades, e haveremos, se Deus quiser, de ver esse sonho realizado, que é a estrada de Jaguariaíva, Cerro Azul e Antonina.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. Haveremos de vir novamente a esta tribuna, para lutarmos, porque a luta pela estrada Parigot de Souza é o sonho que se tornou uma realidade palpável e concreta.

Srs. Deputados, é uma luta nossa, é uma luta de uma região marginalizada, de uma região esquecida, de uma região que, se Deus quiser, há de também fazer parte do progresso, do dinamismo dessa grande Nação e desse grande Estado, que é o Brasil e que é o Paraná. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) No Grande Expe-

diente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo abordar, nesta tribuna, uma matéria sob o tema:

“ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE — A SOLUÇÃO

Tomemos como ponto de partida a sociedade, a fim de melhor entendermos o que é o Estado, qual a sua finalidade precípua e os meios a serem usados para alcançá-la.

Simplisticamente, sociedade é a união de indivíduos com organização estável, reunidos para alcançarem um fim comum e conhecido de todos. Quando uma sociedade se organiza politicamente em território determinado, aí temos o Estado, que tem finalidade própria: o bem público.

Esse objetivo compreende todos os demais, mais particulares, que devem estar concretamente ligados e adequados à realidade social. Os objetivos devem ser periodicamente revisados e reiterados, a fim de não contraditarem com as possibilidades do Estado, dentro da ordem, determinando-se o caminho correto a ser tomado. E isso, sem que se radicalizem soluções, para que o progresso seja integral em todas as áreas sócio-culturais da comunidade.

Ocorre que, na atualidade, no Brasil, sentiu-se a necessidade de se passar do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, objetivo estritamente econômico, exarcebado, por demais reiterado, em detrimento de nossas tradições culturais mais caras, e de nossas próprias instituições jurídicas. A ênfase excessiva dada ao aspecto econômico do problema suscitou novas questões, que as sociedades desenvolvidas há mais tempo enfrentaram. Aqui, no entanto, atingiu-se o ponto em que o anelo do progresso econômico sobrepujou o próprio bem público na hierarquia dos objetivos governamentais.

As bruscas mudanças sociais conseqüentes afetam sensivelmente as demais esferas da ordem sócio-cultural, provocando desajustamentos e conflitos. A conscientização do valor da tradição, do culto aos antepassados, do valor da família sem distinção de classes, da educação moral e política, das soluções próprias para problemas próprios, valorização real do homem e de seus direitos naturais à vida, à segurança, e à liberdade, tudo e muito mais é necessário ter em mente, para que se não incida em erro grave, pois, não só de pão vive o homem. Cabe-nos lutar pelo pão, mas sobretudo por criar as condições ao enobrecimento moral e intelectual do homem, que não vive no Estado para sempre.

É conclusivo, portanto, que uma nação não se constrói sozinha, mas, primeiro ela se ergue, pelo poder do povo — e isso em todos os sentidos, desde aquele em que entra o sacrifício até material de cada um — até os poderes de decidir sobre o que deva ser feito. Em seguida, a nação se organiza, na linguagem jurídica se constitui, vindo, então, a parte política. Antes, o povo fez encarnando o próprio Estado. Ao organizar-se ou constituir-se, segue-se a parte política: não é possível que todos governem e que todos, a um só tempo, defendam o bem-estar, a honra, a independência e a prosperidade do povo. Na parte política, encontramos o chamado PODER POLÍTICO.

Muitos têm idéia deformada, errada, deliberadamente mistificada do que seja política, confundindo-a com politiquice ou politicalha.

Poder político e prática política pelo povo é tão somente isto: o povo escolhe seus representantes para em seu nome agirem com relação a tudo aquilo que se disse: defender o seu bem-estar, a sua honra, a sua independência e a sua prosperidade.

Politiquice ou politicalha é o que se viu nas últimas eleições municipais: entrega de cobertores, leite, presentes, dinheiro público e particular, doações as mais variadas e o cerceamento da propaganda eleitoral à oposição, enquanto o governo intensifica a propaganda subliminar, tudo às vésperas do pleito; após as eleições — perseguições, demissões de funcionários, admissões de outros. Crimes eleitorais que ficam sem punição, por ausência de iniciativa ou de prova, ou pela própria con-

vência de favorecidos, os quais, na sua humildade e cegueira por falta de instrução, são incapazes de reagir: não assumem a sua posição de cidadão soberano, que integra um povo soberano e se entregam, deixando de exercer o seu poder político, sagrado poder político, que os governantes são os primeiros a ignorar o que seja, neste País.

Visto o que seja poder político, pelo qual o povo constitui seus representantes, nada mais verdadeira do que a ilação que se segue: constituição democrática é aquela feita pelos representantes devidamente credenciados para tanto, reunidos numa Assembléia Constituinte. Daí, também, ser a Constituição — não é demais repetir-se a lei maior de um País, de vez que reflete ela toda a vontade e todo o poder da soberania popular.

Designa-se, portanto, “por Assembléia Constituinte aquela eleita para estabelecer as bases da organização política de um país e votar a respectiva Constituição”.

Os antigos atribuíam somente a Deus o poder constituinte.

A Revolução Francesa foi um marco. O princípio de que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido” foi acolhido no artigo terceiro da “Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão”, de 26 de agosto de 1789, adotado pela Assembléia Constituinte da França, após o 14 de julho. A revolução democrática transferiu ao povo tal poder, que é exercido, conforme se disse, através de uma Assembléia eleita para esse fim. O povo ou a Nação é quem detém o poder e só ele o pode delegar.

A propósito, mais longe ainda, no século XII, João das Regras, citado por PONTES, já afirmava: “O povo é a fonte do poder estatal. Ou o povo o exerce, ou entrega o exercício a alguém”.

No Brasil, as constituições de 1891, 1934 e 1946 foram elaboradas por Assembléias Constituintes, especialmente eleitas para votar a Constituição. Assim, se a nossa Constituição atual, que não é filha do poder constituinte, nem por ele foi referendada, mas se ali se determinou que as emendas que lhe fossem feitas somente seriam aprovadas pelo voto de dois terços de seus membros, deve ficar bem claro que não são consideradas como oriundas da vontade da maioria do povo brasileiro aquelas que não obtenham no Congresso Nacional tal quorum privilegiado.

Por conseqüência, há flagrante violação do preceito constitucional (Artigo 48) se as emendas são feitas sem a aprovação dos representantes do povo, como na recente reforma. Neste caso, a força do direito, oriunda da soberania popular, foi esmagada pelo direito da força.

Por isso, agride ao bom senso jurídico pretender-se, como está consumado entre nós, que os fatos sociais e políticos se acomodem dentro de uma legislação de encomenda, calcada em Atos Institucionais, que pisam e mutilam aqueles preceitos constitucionais.

Chocante contra-senso, que abala a cultura jurídica brasileira.

Não que sejamos um povo sem tradição na cultura jurídica mundial. Ao contrário, a partir de nossos antepassados, que nos deixaram os mais respeitáveis legados, desde o Império até, o presente, ela se impõe, entre os mais frisantes exemplos, na codificação do nosso Direito Comercial; no Esboço; obra gigantesca com a qual Teixeira de Freitas possibilitou a codificação do Direito Civil, e que foi adotado pela República Argentina; na Carta de 1891 e no Código Civil de Clóvis Bevilacqua a que se soma a contribuição de Ruy Barbosa; nas intervenções de Rio Branco, em questões de fronteira; na representação de Haia, que imortalizou Rui, em sua vitória na luta pelo reconhecimento de igual direito ao Estado fraco no concerto com as demais potências do mundo; na Consolidação das Leis do Trabalho, com a qual Vargas colocou o Brasil entre os vanguardeiros do Direito Social e do Trabalho; na genial obra de Pontes de Miranda, acatada e traduzida até para a língua dos países em que de certa

forma, assentam os fundamentos capitais de nosso Direito Privado.

Sobre este e outros inumeráveis monumentos jurídicos e sobre a face de seus autores, que sustentam a imagem cara da Pátria ante os demais povos cultos, atirou-se a ofensa de uma reforma constitucional agerrante e espúria, sufocando-se o legítimo poder constituinte.

Igual ofensa praticam os bajuladores e arautos do poder, ao pregarem contra a convocação de uma assembléia constituinte, sob a desrazão de que se pretende agitar, ou, para usar do vocábulo próprio desses desservidores da Pátria, "badernar" o País.

Quem pede Assembléia Constituinte sabe o que está pedindo e por que pede.

Sabe que a democracia brasileira agrilhada, agoniza por não poder respirar. O exercício do legítimo poder constituinte, pelo povo, é a única salvação, para que o Brasil se reorganize como Estado livre, cujo povo respire o ar da liberdade e participe de seus próprios destinos.

"De onde nasce a organização do Estado?" É a indagação que faz o Prof. Franco Sobrinho e que ele próprio responde:

"Da manifestação política de um poder constituinte. Desse "pouvoir constituant", e através dele, as nações se instalam sobre o princípio da ordem primeira, que é política em todas as suas implicações de natureza humana e social".

Não seria pois, por mero devaneio que o emérito Josaphat Marinho chegou a esta conclusão:

"Até vencer-se o obstáculo, a própria maioria há de ver, por seus sofrimentos, maiores do que as vantagens, que a democracia, como disse Alain, não é o reino do número mas do direito. E, em verdade, só o reino do direito assegura o desenvolvimento na paz, a ordem justa geradora de bem estar coletivo".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, a leitura de um requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, ouvido o Plenário, se registre em ata um voto de solidariedade à imprensa paranaense diante da covarde agressão sofrida pelo jornalista MARINÓCIO NETO, da sucursal de Londrina do jornal "O Estado do Paraná", quando no desempenho de suas funções buscava informações junto à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso.

Requer mais que se dê conhecimento público e formal dessa solidariedade desta Assembléia Legislativa à imprensa e, especialmente, àquele profissional.

P. Deferimento

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO"

A leitura deste requerimento justifica-se para que ainda nesta sessão seja discutido e votado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Finalmente aí está outorgado o novo modelo político. Autêntico, inimitável, próprio, como pretendeu S. Exa. o Presidente da República. Não foi copiado de ninguém e para ninguém deve servir de cópia. É brasileiro nato, nascido em território nacional. Não veio à luz do dia no berço de embaixada sedida noutros países. É nacionalista puro. Não tem mistura. Nasceu sob o signo ovino da paz e da segurança nacional.

Os autores, juristas eméritos, defensores da tese da não intervenção nos negócios externos, sabem muito bem do respeito que deve ser consagrado às normas usuais do direito interna-

cional público.

Certa vez e não faz muito tempo, diante das manifestações de inconformismo da classe empresarial brasileira, através incisivo pronunciamento do Sr. Papa Júnior, Presidente de Entidade Comercial Paulista, sobre a política econômica do governo, sentenciaram advertindo: "A política deve ser feita nos partidos". A política, sim. As reformas, não. Estas são da competência exclusiva do Presidente da República. Porisso os partidos não foram consultados. Suas opiniões macularam a sentença reformista do mais alto magistrado da Nação. ARENA e MDB foram marginalizados. Agiria o Presidente com parcialidade se fosse ouví-los. Sentença para ser justa há de ser imparcial.

Sabemos da insatisfação do nosso Partido, mas não podemos supor até onde irá o inconformismo dos notáveis liberais da ARENA. Os quadros políticos do seu Partido vão crescer: senadores e governadores em profusão. Com todos os requisitos de moderna técnica planta-se em solo fértil nacional vasta extensão pastoreira para atendimento integral aos políticos fisiológicos, que, na avidez da permanência no Poder, que nada pode, chegam a defender a desmoralizante tese política da prorrogação de mandatos, esquecendo os princípios básicos de verdadeira democracia: "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

De norte a sul do País, executivos estaduais a prestar continência ao Supremo Chefe das Forças Armadas. Ao toque de clarim, na hora certa, serão todos convocados para o rancho. A exemplo dos quartéis, haverá etapa de primeira e de segunda qualidade. Para o oficialato político etapa de primeira, mesmo para os senadores, reservistas de segunda categoria ou de segunda classe. Eleitos e nomeados são senadores da República! Os deveres não foram os mesmos, todavia os direitos são iguais, princípio democrático imposto, fundamentado na investidura conquistada.

Afinal, como diz o Deputado Francelino Pereira, presidente da Aliança Renovadora Nacional: "que país é este?" Que país é este, quando, no passado, poeta ensinava a cantar: "Brasil, teu povo é forte como é grande a tua terra?" Este é o país de formidáveis exemplos relatados pela sua história de bravura, desprendimento, obediência à ordem e ao direito, respeito aos poderes constituídos, renúncia a posições e cargos.

Marechal Deodoro da Fonseca, com o peito cheio de condecorações, conquistadas nos campos de batalha, que honrou e dignificou o Exército Nacional, proclamador e primeiro Presidente da República, renunciou ao cargo em razão também de críticas formuladas pelos parlamentares no Congresso Nacional. Hoje, passados tantos anos, fecha-se o Congresso proque a Oposição exercitou o legítimo direito, que lhe pertence, de se opor ao Governo. O retrocesso é absurdo e constrangedor. Não progredimos. Regredimos. Não evoluímos. Involuímos. Ante a grandeza do passado e a pequenez do presente a ferir de morte as aspirações democráticas do povo brasileiro. Estão cometendo com o povo a pior das infâmias; estão matando, uma a uma, todas as suas ilusões; estão secando, de maneira ilegal, a fonte de sua esperança. E o povo brasileiro, sem ilusão e sem esperança, mesmo por tradição ordeiro e pacífico, é um povo espiritualmente preparado para o desespero mais fundo mais incontrolável.

Na reabertura do Congresso, depois do recesso parlamentar antijurídico, injusto, ditatorial, a Oposição se fez ouvir na Câmara Federal e no Senado da República. O Deputado Alencar Furtado e o Senador Franco Montoro, representaram com brilhantismo o pensamento do Movimento Democrático Brasileiro. O Líder da Oposição na Câmara Federal lembrou que já se vão mais de treze anos do Movimento de março de 1964 e a Constituição Federal vive à mercê dos Atos Institucionais; a segurança individual ao sabor do arbítrio; a corrupção conquistando governos e o radicalismo oficial apondo veto à democratização do país. Concluiu a sua oração afirmando: "a História

do Brasil jamais ungiu-se de ódio; é toda de grandeza, na generosidade ou na bravura, no perdão ou no amor. É magnífica a tradição libertária do povo”.

“A vontade do povo será a base da autoridade do governo”. Foi assim que iniciou o seu discurso, em nome do MDB no Senado da República, o Senador Franco Montoro. “Para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão, a Assembléia Geral das Nações Unidas, com o voto solene do Brasil, adotou e proclamou, a 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou por processo equivalente, que assegure liberdade de voto. Todo homem tem direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”. É o que dispõe o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem que consagra o Estado de Direito e condena os regimes de força.

“A vigência de duas ordens conflitantes — a Constitucional e a de exceção — afirma sabiamente o Senador, desfigura o funcionamento das instituições”.

No conflito das ordens reside o grande problema da Nação Brasileira, pedimos licença para dizê-lo. A prevalência da constitucional ou jurídica na supressão da ordem de exceção ou de força, para dar lugar à plenitude de direito, ordem democrática. Nas Faculdades de Direito, nos Institutos ou Ordens de Advogados, nos Tribunais de Justiça o conflito teria fácil solução, naturalmente se dependesse dessas Instituições ou da opinião de seus integrantes. No Palácio do Governo, infelizmente, não. Porque lá se encontra um ilustre General educado nas Academias e nos Quartéis Militares. É verdade que a ciência do Direito não é privilégio de civis ou bacharéis, mas não será verdadeiramente grande magistrado aquele que não possuir no coração o sentimento de justiça e na hora suprema da decisão não sentenciar contra as violações do direito e da liberdade de seus concidadãos ou jurisdicionados.

Poderia o Senhor Presidente da República reformar a Constituição Federal para introduzir a reforma judiciária? É uma indagação feita pelo ilustre Senador Franco Montoro e que teve resposta negativa de famosos juristas. Perante o Supremo Tribunal afirmava Rui Barbosa: “o poder de fazer a lei não compreende o de reformar a Constituição”. O eminente jurista Francisco Campos, opinando sobre a possibilidade de o Presidente Vargas reformar a Carta de 1937, que ele mesmo outorgara, assim se manifestou: “A Constituição de 37 é uma Constituição outorgada. Se ao poder que a outorgou fosse facultado introduzir-lhe modificações, a Constituição perderia precisamente o seu caráter constitucional.”

Acontece que o objetivo principal do governo é a “segurança eleitoral”, no lapidar dizer do insigne Senador Teotônio Vilela. Por isso, “a reforma foi um mero pretexto para a química eleitoral”, condenada pelo Senhor Aliomar Baleeiros, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, para quem o fechamento do Congresso não passou de “um golpe por amabilidade”. Para o advogado Sobral Pinto “a utilização do AI-5 para se legislar sobre férias trabalhistas e aluguéis de imóveis é absurdo menor do que o absurdo de se fechar o Congresso e produzir a monstruosidade que é a reforma do Judiciário que atende apenas aos interesses momentâneos do governo, pois o projeto não inclui os dois aspectos principais: a garantia aos magistrados e o “habeas corpus” aos presos políticos.

As reformas empreendidas pelo Presidente Geisel não têm valor legal, pois não há no AI-5 texto algum que autorize o Presidente da República a emendar a Constituição”, concluiu o venerando mestre”.

A nossa opinião é a da Ordem dos Advogados do Brasil. Não por dependência em razão de sermos um de seus mais humildes filiados, mas por solidariedade absoluta aos conceitos emitidos pelo seu Conselho Federal através de nota aprovada

dia 19 próximo passado: “o Brasil vive, na verdade, um período obscurantista da sua História Constitucional, caracterizado por uma crescente distonia entre os atos do Governo e a vontade da Nação, isolada na planície dos deserdados do Poder”.

Qual o responsável ou quais os responsáveis pela fase negra do Brasil contemporâneo? Apelemos mais uma vez para a prodigiosa inteligência e a bravura do Senador alagoano Teotônio Vilela: “então foi o Congresso que fez dívidas no exterior; que contribuiu para elevar a inflação e o custo de vida; que esbanjou dinheiro na Transamazônica; que burocratiza os programas básicos e procrastina o andamento dos contratos de risco; que nomeia governadores incapazes? O convencimento de que o futuro a Deus pertence, proclamado pelas autoridades, tem procedência na ausência de opções que deveriam ter sido feitas e lamentavelmente não foram. Recorre-se mais frequentemente a Deus quando se peca do que quando se acerta”.

O Presidente Ernesto Geisel, que assumiu o Governo com o propósito de implantar um quadro institucional democrático, iria contraditoriamente fechar as portas a toda e qualquer esperança de uma devolução de poder ao povo e de reconstituição de um Estado de Direito. Estamos definitivamente num Estado Ditatorial. É o que divulga o jornalista Carlos Castello Branco. O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Ao final com muita satisfação, nobre Deputado.

Não obstante é preciso passar, com urgência, do período de exceção para o da normalidade constitucional. A Democracia é também um compromisso do Brasil perante o mundo, assegurou o Senador Franco Montoro no Senado da República, e o MDB, nesse Partido, continuando a sua luta, decidiu no dia 19 do corrente mês, consultar “as bases partidárias e outras forças representativas da sociedade brasileira, sobre a deflagração de um movimento nacional pela convocação de uma Assembléia Constituinte, que restabeleça o Estado de Direito no País”.

Para que alcance os seus mais elevados propósitos, na luta heróica empreendida, objetivando a conquista da plenitude democrática para o povo brasileiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solenemente, OREMOS AO SENHOR!

Com muita satisfação, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. O Sr. Luiz Roberto Soares — Deputado Waldenício Barbalho, seu discurso realmente está muito bem inspirado e muito bem tecido, como é costumeiro nos pronunciamentos de V.Exa.

Traz contudo, na minha opinião, um certo alheamento histórico. Eu explico.

Evidentemente que não estou propondo questionar se tais reformas foram ou não adequadas. Questiono apenas que toda Revolução traz, em si, como inerente a ela própria, um Poder Constituinte.

Afinal, a Proclamação da República — Decreto número 1 — decorrente de uma ruptura da ordem jurídica, foi uma lei decorrente de um ato de força; a Revolução Francesa, enfim, a revolução, toda revolução instaura um direito novo. A mim me parece portanto, que é legítima e jurídica a reforma introduzida pelo Presidente da República via Ato Institucional, porque ela ainda é obrigada pela nossa Constituição. E tanto é assim, que tais reformas emergiram para o mundo jurídico e estão sendo acatadas.

Concordo com V. Exa. de que esta dualidade, esta ambigüidade, este hibridismo de duas ordens, uma institucional e outra constitucional é de difícil convivência e de efeitos às vezes tão críticos. Todavia, me parece que, melhor do que viver sob uma ordem totalmente institucional, ainda assim é preferível esta dualidade, porque a Revolução Brasileira, os que a encarnam entendem que não está finda e, em tempo algum disse ao País que tinha prazo pré-determinado para ser encerrada. Eu como V. Exa., acredito que toda a classe política, ansiamos pela sua institucionalização. Todavia, em razão de parâmetros, históricos, ainda não foi possível. De qualquer maneira, eu acredito, como já disse ontem, que esta fase crítica da vida nacional poderá

sér — e tomara que seja — prenúncio de uma manhã radiosa; como disse recentemente o Bispo D. Helder Câmara, que “prefere as madrugadas tenebrosas, porque anunciam uma manhã mais clara”.

De qualquer maneira, congratulo-me com este pequeno pronunciamento, mas tão denso, e apenas contesto a falta de legitimidade do Poder Revolucionário para instaurar direito novo.

Era este o aparte que eu queria dar a V. Exa.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Ainda bem que o ilustre

Deputado, em parte, comunga conosco, talvez por ser bacharel, talvez por isto esteja mais em convivência com o Direito. Deus queira que em futuro bem próximo conquiste o verdadeiro direito, toda a nossa Pátria, porque, em verdade, não agrada ao povo brasileiro, o sistema imposto pela Revolução, porque fez promessas ao povo e infelizmente ainda não as cumpriu.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mais grave, e colocaria o tema até para discussão, não hoje e nem com V. Exa. mas com todos os Srs. Deputados, e que me assusta, Sr. Deputado, é que algumas pesquisas reveladas por alguns jornais do País, têm revelado um total e completo alheamento da opinião pública brasileira com relação a temas eminentemente políticos, inclusive o último episódio das reformas. E é exatamente esta faceta da realidade nacional que mais me angustia, me inquieta, porque na medida em que o povo brasileiro como um conjunto não participa da nossa problemática, eu vejo cada vez mais distante a retomada de um processo eminentemente democrático, pelo menos nos moldes clássicos em que nós o conhecemos.

De maneira que esta sua afirmativa de que o povo brasileiro repudia e não aceita o sistema, é, no mínimo, temerária. Eu realmente não teria dados seguros que confirmem a assertiva de V. Exa., pelo contrário, e lamento, porque as pesquisas têm indicado um crescente distanciamento da opinião pública brasileira para temas políticos; aliás ainda ontem, em bem inspirado artigo do jornal “A Folha de São Paulo”, o Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília, Professor Pamiseh Chacon, chamava a atenção de que já não se fazem mais revoluções para a defesa ou prerrogativa do legislativo.

Esse fenômeno em escala universal, dá a medida, o que é lamentável, do desprestígio da classe política e dessa tão necessária instituição que é o Parlamento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Fa-lo-ei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Com a palavra o Sr. Deputado Líder da ARENA, Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Por solicitação do nobre Deputado José Lázaro Dumont, encaminho à Mesa, requerimento solicitando: (Súmula: voto de congratulações pelo 200 aniversário da Associação das Damas de Caridade de Londrina). O Deputado Lázaro Dumont, em seguida apresenta a sua justificativa e eu passo à consideração da Mesa Executiva desta Assembléia.

Afora esta pequena comunicação, tenho o prazer e a honra de comunicar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de que, amanhã, dia 28, às 10,00 horas da manhã, na sala da Comissão de Constituição e Justiça, estará presente o Exmo. Sr. Secretário de Educação, Francisco Borsari Neto, para debater com todos os Srs. Deputados de ambos os Partidos, a propósito de dúvidas, tendências ou indagações que surjam em torno da Mensagem Governamental que complementa o Estatuto do Magistério do Paraná, tratando do enquadramento e da fixação de vencimentos dos Srs. Professores.

A Liderança da ARENA e do Governo faz especial empenho aos Deputados da sua bancada, e também solicita dos Deputados do Partido da Oposição, que compareçam a essa reunião, para que a Assembléia, de qualquer maneira, possa concorrer para o aprimoramento do anteprojeto de lei que ora se encontra nesta Casa para deliberação.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Luiz Roberto me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para efeito de complementação da informação que V. Exa. traz a esta Casa. S. Exa. o Sr. Secretário da Educação viria convocado ou convidado pela Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Secretário Borsari Neto comparece a esta Casa, dando cumprimento a um compromisso que eu e a nossa bancada havíamos assumido com a bancada da Oposição, que ele aqui estaria e compareceria para debater livre e amplamente o anteprojeto que trata da fixação dos vencimentos e enquadramento dos professores.

O Sr. Enéas Faria — Pelo que entendo, S. Exa. virá para dialogar com a Casa, fora do âmbito de qualquer comissão. Portanto, abarcando a sua explanação, todo e qualquer aspecto do projeto que tramita nesta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não se limita aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, mas, sim, a todos os Srs. Deputados de ambos os Partidos.

O Sr. Enéas Faria — Agradeço a informação de V. Exa., Deputado, e quero agradecer também as gestões que sei, tem feito V. Exa., no sentido de que o Sr. Secretário viesse, cumprindo, portanto, a palavra que V. Exa. empenhou aqui em plenário. Lamento só que venha S. Exa. por via indireta nesta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu não lamento porque o resultado é absolutamente o mesmo quer vindo por convocação, quer vindo por convite, o fato é que o Sr. Secretário aqui estará se dispondo, a livremente, amplamente, sem nenhum tipo de peias, discutir o anteprojeto que se encontra nesta Casa. E, tenho certeza, que os Srs. Deputados da Oposição, principalmente, o Deputado Enéas Faria, por certo haverão de trazer, também, sua contribuição para os debates que, eu presumo ocorrerão amanhã.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 86/76, de autoria do Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pirai do Sul, imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 54/75, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo reverter ao município de Mallet, imóvel doado ao Estado pelo mesmo, conforme o registrado sob o número 4434, Livro 3D do registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Chellere, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria,

constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Bloch Editores, pelo transcurso, em data de ontem, do 25º aniversário de edição da Revista "Manchete". — APROVADO.

Requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albertino Ferreira de Souza. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 25º aniversário de fundação da revista "Manchete". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de um posto do Instituto de Identificação, na sede do município de Medianeira. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, de sexta-feira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná, em forma de apelo, no sentido de que sejam efetuados estudos, a fim de instalar uma agência do referido banco na cidade de Querência do Norte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Diretoria do Banco do Brasil S/A., no sentido de que seja instalado uma agência daquele estabelecimento na cidade de Paraíso do Norte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de que sejam efetuados estudos, a fim de instalar agência do banco na cidade de São João do Caiuá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de uma agência do referido banco na cidade de Nova Olímpia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de uma agência do referido banco na cidade de Tamboara. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem em forma de apelo, no sentido de que sejam determinadas providências visando a recuperação do asfalto no trecho "Sprea-Palmeira". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Banco Itaú S/A., desta Capital, pela instalação de uma agência daquele estabelecimento na cidade de Iporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de ser incluída no plano de obras do Estado, a pavimentação asfáltica de um dos acessos à sede do município de Tuias do Oeste. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Moreira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Segurança Pública e à Federação Paranaense de Futebol, em forma de pedido de informações sobre providências, com referência à segurança do público e jo-

gadores nas partidas de futebol. — Em discussão.

Respondendo à solicitação dos Srs. Deputados, fica a discussão adiada para a sessão de sexta-feira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 20º aniversário de fundação da Associação das Damas de Caridade de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que sejam tomadas providências cabíveis aos fatos denunciados no jornal "O Chicote", da cidade de Santo Antônio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando voto de solidariedade à imprensa paranaense diante da covarde agressão sofrida pelo jornalista Marinósio Neto, da Sucursal de Londrina do jornal "O Estado do Paraná", quando no desempenho de suas funções buscava informações junto à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão ordinária, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, havia solicitado para discutir um requerimento do Deputado Ivo Thomazoni, isto porque a súmula do requerimento não dizia ou não elucidava o assunto que o nobre Deputado requer. Como se trata da instalação de um posto de identidade na cidade de Medianeira, e nós não temos nada a opor, desisto deste pedido de discussão. Acreditava que o requerimento tratava-se de outro assunto. Assim é que desisto e V. Exa. tem a faculdade de, se entender, colocar em votação o requerimento ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Defiro e coloco o referido requerimento em votação. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 15,00 horas para entrega de títulos de Cidadania Honorária do Paraná, ao Sr. Paul Garfunkel e Senhora Hélène Garfunkel.

Fica marcada uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 29, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 216/73; 125/75 e 149/76; e marcada ainda, uma sessão extraordinária para sexta-feira, dia 29, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/76

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO OITAVA LEGISLATURA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Através da Resolução número 49/76 de 18 de junho de 1976, com competência exclusiva para "manifestar-se sobre projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à indústria e ao comércio do Estado", foi criada a Comissão de Indústria e Comércio: e aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, cumprindo indicação de suas respectivas lideranças partidárias, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões os Srs. Deputados Lineu Turra, Deni Schwartz, Maurício Fruet, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e os Srs. Deputados Egon Pudell, Francisco Escorsin, Ezequias Losso e Werner Wanderer, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a fim de proceder a insta-

lação e eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão de Indústria e Comércio. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o Deputado Francisco Escorsin, na forma do Regimento Interno a fim de proceder a eleição. Procedida a votação, verificou-se a eleição do Sr. Deputado Werner Wanderer para o cargo de Presidente e o Sr. Deputado Maurício Fruet para o cargo de Vice Presidente. Assumindo a Presidência, o Sr. Presidente tão honrosa investidura, dizendo em poder reatribuir à altura dos Srs. membros da Comissão de Indústria e Comércio e demais Deputados deste Poder Legislativo nos cargos ora eleitos, após o que condicionou, que as reuniões da Comissão de Indústria e Comércio serão de acordo com a existência de matérias afetas à mesma e quando tal ocorrer, realizar-se-ão após a Sessão Plenária, mandando-me lavrar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim Secretária designada, Alba Lúcia Araújo e Garcia, a fim de que produza os efeitos legais.

WERNER WANDERER — Presidente
Alba Lúcia Araújo e Garcia — Secretária

OITAVA LEGISLATURA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, às onze horas, na Sala da Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e presentes os Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo e Waldenício Barbalho, bem como o Senhor Assessor, Dr. José Maria Zanardini de Camargo. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Antes de dar início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente, solicitou à Secretária da Comissão, que fizesse uma cópia xerox de todo Projeto de Lei que desse entrada na Comissão, bem como das leis que os acompanham, a fim de ser distribuída aos Senhores Relatores para melhor elucidação da matéria na apreciação do respectivo parecer. Da solicitação feita deu ciência aos Senhores Relatores de Comissão. Constataram da ORDEM DO DIA os processos: 1 — PROJETO DE LEI 11/77, do Deputado David Federmann. Declara de utilidade pública a Creche Lar Feliz, com sede na cidade de Ponta Grossa. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto a fim de anexar documentos necessários ao processo. Deferido. 2 — PROJETO DE LEI 16/77, do Poder Executivo. Mensagem 57/77, encaminhando anteprojeto de Lei que transfere à Telepar área de terreno que especifica, situada no Município de Palmas, como especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Deferido vista ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira. 3 — PROJETO DE LEI 18/77, do Deputado Luiz Roberto Soares. Autoriza o Poder Executivo, alienar área de terras que especifica. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4 — PROJETO DE LEI 31/77, do Deputado Dácio Leonel. Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Primeiro de Maio, com sede na cidade do mesmo nome. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5 — PROJETO DE LEI 78/76, do Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — Apae — de Maringá. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 6 — PROJETO DE LEI 140/76, do Deputado Quietse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a Ação Social São Pedro, com sede em Umbará, nesta Capital. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 7 — PROJETO DE LEI 143/77, do Deputado Gilberto Carvalho. Dispõe sobre o Regime de Custas dos Atos Judiciais. Relator Deputado Ezequias Losso. A requerimento dos Membros desta Comissão será oficiado à Mesa Executiva solicitando seja anexado ao Projeto de Lei 144/76, do mesmo autor, que tramita nesta Comissão, em virtude do contido no artigo 126, do Regimento Interno. Deferido requerimento, após discussões. 8 — PROJETO DE LEI 144/76, do Deputado Gilberto Carvalho. Dá nova redação à Tabela VIII, da Lei 6149. Regimento de Custas. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento solicitando anexação ao Projeto de Lei 143/77, por ser matéria idêntica. 9 — PROPOSIÇÃO 116/77, do Poder Executivo. Mensagem 56/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o

Município de Apucarana, para melhoria da rede municipal de ensino. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 10 — PROPOSIÇÃO 143/77, do Poder Executivo. Mensagem 56/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Jandaia do Sul, para melhoria da Rede Municipal de Ensino. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 11 — PROPOSIÇÃO 159/77, do Poder Executivo. Mensagem 56/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Toledo, para melhoria da Rede Municipal de Ensino. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 12 — PROPOSIÇÃO 164/77, do Poder Executivo. Mensagem 03/77, do Governo do Estado, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Colorado, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 13 — PROPOSIÇÃO 169/77, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Isabel do Oeste, para construção do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 14 — PROPOSIÇÃO 175/77, do Poder Executivo. Mensagem 14/77, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Tuneiras do Oeste, para controle da erosão urbana. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15 — PROPOSIÇÃO 256/77, do Poder Executivo. Mensagem 53/77, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Toledo, para reparos no Ginásio Estadual Dario Velozo. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 16 — PROPOSIÇÃO 259/77, do Poder Executivo. Mensagem 53/77, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Palmital, para execução de reparos em prédios que especifica. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 17 — PROPOSIÇÃO 261/77, do Poder Executivo. Mensagem 53/77, encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Paissandu, para execução de reparos no Grupo Escolar Prudente de Moraes. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Em razão da demorada discussão referente aos termos de convênios contidos nas Proposições examinadas, o Senhor Deputado Osvaldo Macedo sugere a suspensão da análise da matéria da Ordem do Dia para a próxima reunião ordinária. Em discussão a sugestão. Aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

PAULO CAMARGO — Presidente
Rita Soares Bertoli Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO OITAVA LEGISLATURA — TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e hum dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado AUGUSTO CARNEIRO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado LINEU M. TURRA, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 130/76, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP, com sede na cidade onde residir o Presidente e foro na Capital do Estado. PROJETO DE LEI 132/76, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Oficiais

das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. PROJETO DE LEI 135/76, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, que declara de utilidade pública a Colsan-Londrina-Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, com sede e foro na cidade de Londrina. PROJETO DE LEI 137/76, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí, CENTOS, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. APROVADAS.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélcio Guimarães Sotto Maior — Secretário